Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

# DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 38/2021

| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC/MS** | : TC/189/2017 |
| **PROTOCOLO** | : 1767716 |
| **ÓRGÃO** | : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ |
| **RESPONSÁVEL** | : DINACI VIEIRA MARQUES RANZI |
| **CARGO DA RESPONSÁVEL** | : SECRETÁRIA MUNICIPAL À ÉPOCA |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | : RELATÓRIO DE AUDITORIA |
| **PERÍODO AUDITADO** | : JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015 |
| **RELATOR** | : CONS. MARCIO MONTEIRO |

**AUDITORIA. REFIS. QUITAÇÃO DA MULTA APLICADA. ARQUIVAMENTO.**

Vistos, etc.

Versam os presentes autos de Relatório de Auditoria n.º 40/2016, realizada pela equipe técnica da 6ª ICE no Fundo Municipal de Saúde de Corumbá.

Constata-se, pela certidão de quitação de multa (peça 51), que a jurisdicionada aderiu ao REFIS instituído pela Lei n.º 5.454/2019.

Por conseguinte, nos termos do artigo 3º da Lei n.º 5.454/2019[1], ao optar pela adesão ao programa, a mesma abdicou ao direito de discutir o crédito devido.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público de Contas opinou pelo arquivamento do presente processo, em virtude da quitação da multa aplicada ao responsável.

Por meio da documentação acostada nos autos, verifica-se que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos para baixa do feito.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1) **ARQUIVAR** os presentes autos, nos termos do artigo 186, V, *a*, do RITC/MS c/c art. 6º, §2º, da Instrução Normativa n.º 13/2020;

[1] Art. 3º (...) §6º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos neste artigo constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, **renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC**.

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

**É a Decisão.**

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 11 de janeiro de 2021.

**Cons. MARCIO MONTEIRO**
RELATOR

Net